

■ Efeito Severino

Câmaras criam 71 cargos

O "efeito Severino", aquele que defende a contratação de parentes e cabos eleitorais pagos com dinheiro público, passou pelo ABC e deixou marcas em Santo André, Mauá e Ribeirão Pires.

Nessas três cidades, os vereadores aprovaram neste ano a criação de 71 cargos comissionados, que custarão R\$ 2,4 milhões anuais.

Em Santo André, os vereadores aprovaram em fevereiro a criação de dois cargos de assessor para cada vereador, num total de 42 novas funções a serem preenchidas sem concurso público. Um cargo é de assessor adjunto, com salário de R\$ 2.600,00, e outro de chefia, pagando R\$ 3.200,00.

A sessão aconteceu no início de fevereiro, demorou apenas alguns minutos e o projeto apresentado pela Mesa Diretora nem foi discutido em plenário.

Agora, cada vereador de Santo André passou a ter seis assessores, custando anualmente mais R\$ 1,9 milhão a serem pagos pela população.

A toque de caixa

Em Mauá, a criação de 17 cargos de assessor aconteceu na semana passada no mesmo estilo. O projeto nem foi discutido em plenário e a votação foi rápida.

O resultado é que cada vereador ganhou mais um funcionário e a despesa anual da Câmara vai aumentar em R\$ 376 mil.

Em Ribeirão Pires, cada um

dos 11 vereadores também terá um novo assessor, enquanto o presidente da Câmara terá outro. Esses 12 novos cargos vão custar R\$ 150 mil por ano.

Não é ilegal, mas pode ser imoral

A legislação impõe normas a serem respeitadas na criação desses cargos, como a necessidade de previsão orçamentária e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não existe qualquer lei contra o nepotismo, que é a contratação

de parentes, ou contra a indicação de cabos eleitorais para o cargo.

Para os vereadores, a contratação de parentes e apadrinhados também não é imoral. Eles argumentam que precisam de pessoas de confiança para prestar um bom serviço.

Projetos não são votados

O ouvidor da Câmara Federal, deputado Custódio Mattos, quer lei restringindo a contratação de parentes devido à oposição que existe na sociedade.

Ele defende uma legislação que tenha validade para os três poderes, e não apenas para o Legislativo.

A Procuradoria da República disse que vai pedir a exoneração dos maridos e mulheres dos deputados federais que ocupam cargos de confiança. São 96 em ga-

binetes ou lideranças e seus salários variam de R\$ 3.622,00 a R\$ 5.175,00.

Atualmente existem 11 projetos na Câmara Federal que restringem o nepotismo. Eles estão percorrendo as comissões, alguns deles há anos, onde ainda precisam ser aprovados para seguirem ao plenário.

Esses projetos, no entanto, tratam do nepotismo somente na esfera federal.

■ Imposto de Renda

Faça sua declaração no Sindicato

Equipe especializada atende na Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC (AMA-ABC), em São Bernardo e nas Regionais Santo André e Diadema. A declaração é feita diretamente pela internet.

Estão obrigados a declarar IR os contribuintes que:

- obtiveram rendimento mensal igual ou superior a R\$ 1.058,00 no ano passado.

- quem possuir, na somatória, bens com valor igual ou superior a R\$ 60.000,00.

O plantão atenderá até o dia 29 de abril, das 9h às 18h (AMA e Diadema), e das 9h às 17h (Santo André). Dúvidas devem ser tiradas pelo telefone 4338-0754.

AGENDA

Guaporé

Reunião amanhã, às 17h30, na Regional Santo André, para discutir PLR e assuntos internos.

Heral

Reunião sexta-feira, às 17h, na Regional Diadema, para analisar proposta de PLR feita pela empresa.

Sucessão paulista

O deputado federal João Paulo Cunha, pré-candidato ao governo do Estado, debate a sucessão nesta sexta-feira, às 18h, no Diretório Municipal, na Rua Tapajós, 3 Centro, São Bernardo.

Plenária da CUT

Transposição das águas do São Francisco é o debate que o ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, faz hoje, às 14h, na Sede da CUT. Rua Caetano Pinto, 575, Brás. Não há necessidade de inscrição prévia.

Tribuna Metalúrgica



Nº 1973 - Quarta-feira, 30 de março de 2005

Imposto Sindical

METALÚRGICO NÃO PAGA



Pelo 9º ano consecutivo, os metalúrgicos do ABC estão isentos de pagar a contribuição compulsória. **Página 3**

■ Mês da Mulher

Gosta de poesia? Vá ao sarau

Sexta-feira, na Sede do Sindicato, tem um programa interessante para quem gosta de poesia, música, artes plásticas e muita diversão.

Um sarau vai encerrar as atividades do Mês da Mulher, que desde o início do mês promoveu palestras, exposições e debates nas fábricas

(como na Panex, foto ao lado), além de exibição de filmes e o concurso de poesias.

Após o sarau tem o lançamento de caderno com todas as poesias inscritas e, para finalizar, um coquetel. O evento começa às 18h30 e todos estão convidados.



Mais tarifa zero. Agora é para o pessoal na Kostal

Acordo feito ontem alivia a conta corrente de aproximadamente 1.000 trabalhadores na fábrica de autopeças.

Página 2

NOTAS E RECADOS

Pra quê?

Os 27 mil condomínios de São Paulo geram 32 milhões de documentos por ano.

Mal sinal

O Banco Central acha que a inflação vai subir. Traduzindo, os juros vão subir de novo.

Chega!

Desde setembro, o BC aumentou sete vezes os juros básicos da economia brasileira.

Não é o Bussunda?

Do jeito que Ronaldo está gordo, quem parece enfrentar uma gravidez é ele e não a Cicarelli.

Nazismo

Há dois meses o livro Minha Luta, de Adolf Hitler, é um dos dez mais vendidos na Turquia.

Limpeza

Em silêncio, o governo está substituindo do Itamaraty os últimos diplomatas ligados a FHC.

Boa notícia

Nova técnica aumentou cinco vezes transplantes de fígado em crianças com menos de 10 quilos.

Corrupção

Devassa na Polícia Federal de São Paulo mostrou 40% dos delegados e escrivães estão metendo a mão.

Tá certo!

Só com desvio de mercadorias, os policiais ganhavam R\$ 1,5 milhão por ano.

Desculpas

Você concorda com as justificativas dos jogadores para o péssimo futebol da Seleção Brasileira?

Para não esquecer

O Brasil pagou R\$ 24 bilhões de juros da dívida pública só no primeiro bimestre.

E não adianta

A quantia é R\$ 3 bilhões a mais que no mesmo período de 2004.

Kostal

Pessoal da Kostal conquista tarifa zero

Os trabalhadores na Kostal deixarão de pagar as tarifas bancárias de suas contas no Unibanco.

O acordo foi assinado ontem e vale a partir de 1º de maio, tempo pedido pelo banco para promover a mudança operacional de implantação da tarifa zero.

O acordo conquistado pelos companheiros na Kostal é semelhante ao dos trabalhadores nas montadoras.

O trabalhador com salário médio de R\$ 1.200,00 estava pagando R\$ 20,00 mensais, desembolsando R\$ 240,00 anuais.

Agora, esse companheiro terá economia de 1,67% todo mês, quase metade da nossa conquista de 4% de aumento real na última campanha salarial.

No início de janeiro, já com a campanha do Sindicato em andamento, o Unibanco concordou em reduzir esse valor pela metade.



Assembléia na semana passada havia aprovado mobilização por tarifa zero e PLR

Na semana passada, os trabalhadores aprovaram pauta reivindicando tarifa zero e também pedindo abertura de negociações pela PLR.

O fim das tarifas veio ontem e a discussão sobre PLR vai continuar com a empresa.

“O Sindicato prosequirá sua campanha até estendermos a tarifa

zero para toda a base”, comemorou o diretor José Paulo Nogueira.

Ele disse que essa conquista depende da mobilização dos trabalhadores, como a demonstrada pelos companheiros na Kostal.

Para Zé Paulo, o pessoal deve continuar mobilizado pela PLR, pois dessa forma o pagamento sai mais rápido e com melhor valor.

Cooperativa Habitacional

Tem megafeirão no sábado

Equipes da CoopSind e da incorporadora GoldFarb estarão de plantão neste sábado, na Sede do Sindicato, na última grande oportunidade dos metalúrgicos e familiares saírem do aluguel e comprarem apartamento no Residencial Villas de Espanha.

As obras estão em ritmo acelerado (ver foto do local ao lado) e serão entregues a partir de 13 meses. O condomínio tem sala de ginástica, quadra poliesportiva, salões de festas e de jogos, churrasqueiras e playground.

Tudo isso e mais um bosque com 3.400 metros quadrados de área, com pista de cooper, na Avenida Humberto de Alencar Castelo Branco, em São Bernardo.

No megafeirão vai acontecer a promoção *Indique um Amigo* para o pessoal que já comprou apartamento no condomínio.

Se quem já comprou indicar



um comprador, ele vai ganhar bônus de R\$ 500,00 por indicação, na hora de assinatura com a Caixa Federal.

Nos empreendimentos da CoopSind você tem a menor taxa de juros, garantia de entrega, parcelas decrescentes e seguro de vida. Condições especiais para sindicalizados, familiares e amigos. O megafeirão é neste sábado, a partir das 10h.

Trabalhador sem carteira

Justiça manda pagar até INSS

O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT) reconheceu o vínculo empregatício de um trabalhador sem carteira assinada e, além de mandar pagar todas as verbas rescisórias, também mandou a empresa recolher a contribuição da Previdência.

Numa primeira decisão, o TRT determinou que a empresa LATropical anotasse a carteira de trabalho e pagasse todos os direitos. Depois disso, ao julgar recurso, o Tribunal mandou a empresa pagar ao INSS as contribuições referentes ao período sem carteira assinada.

As empresas que não assinam a carteira retiram do trabalhador os benefícios sociais e geram evasão de receita previdenciária, fazendo toda a sociedade perder.

O recolhimento também faz com que o trabalhador não perca a condição de segurado da Previdência e não sofra prejuízo na contagem de tempo para a aposentadoria.

Imposto sindical

Isenção pela autonomia

Liberdade e autonomia sindical. Foram estes os ingredientes que motivaram o Sindicato a abrir mão da contribuição compulsória que a maioria dos trabalhadores brasileiros tem agora em março. O imposto sindical equivale a um dia de trabalho.

Desde 1997 vigoram liminares obtidas pelo próprio Sindicato contra o desconto do imposto. Isentar a categoria foi uma decisão do 2º Congresso dos Metalúrgicos ao questionar a estrutura sindical vigente e ver que a cobrança viabiliza a formação de sindicatos sem qualquer representatividade.

“Essa iniciativa, que começou em 1986 quando devolvíamos aos metalúrgicos o imposto descontado, mostra a importância de um sindicato independente e autônomo, fortalecido espontaneamente pelos metalúrgicos que representa”, afirma o presidente do Sindicato José Lopez Feijóo.

Segundo ele, este imposto é resultado de uma legislação ultrapassada, que permite a existência de entidades sem nenhuma representatividade e nem poder de negociação.

Mercado pra morrer

O imposto sindical foi criado em 1943 por Getúlio Vargas para a sustentação de entidades sindicais tanto patronais quanto de trabalhadores. A idéia era manter os sindicatos atrelados ao governo, limitando sua capacidade de organização e reivindicação.

A iniciativa pioneira de colocar fim à cobrança compulsória e de financiamento de entidades sindicais foi tema de debates no Fórum Nacional do Trabalho – formado por trabalhadores, setor patronal e governo – para elaborar o texto da reforma sindical recentemente encaminhada ao Congresso Nacional. A proposta é extinguir o imposto em três anos.

“Com o fim da contribuição compulsória, só os sindicatos res-



Acabar com imposto foi uma decisão de Congresso já pensando numa nova estrutura sindical

paldados pela categoria conseguirão manter-se. Acabam as entidades interessadas apenas nas receitas e ficam os que contam com a

confiança dos trabalhadores, conquistada pela disposição de luta na defesa de seus interesses”, completa Feijóo.

Turma do racha não abre mão

Os metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra terão o desconto do imposto sindical no pagamento do março. A turma do racha, grupo de ex-diretores que tenta dividir a categoria, entrou na Justiça para derrubar esta conquista.

“O dinheiro do imposto sindical não vem para nosso Sindicato, que é contra, mas sim para a turma do

racha”, disse o coordenador da Regional Santo André, Geovane Correia.

No entanto, nas fábricas que respeitam o direito de organização dos metalúrgicos e reconhecem nosso sindicato como legítimo, o dinheiro do imposto sindical voltará ao bolso do trabalhador com a isenção de duas mensalidades consecutivas.

Março fecha semestre de ganhos

A isenção do imposto sindical agora em março fecha um semestre de ganhos salariais aos metalúrgicos.

Primeiro, foram os 4% de aumento real conquistados na campanha salarial de 2004, a melhor dos últimos 10 anos.

Depois, em dezembro, veio a correção em 10% na tabela do Imposto de Renda. Apesar de não ser o índice reivindicado pela ca-

tegoria, a correção mantém no bolso do trabalhador o reajuste da campanha salarial. O Sindicato vai continuar cobrando do governo o compromisso de correção da tabela no período de 2002 a 2006.

Por fim, a isenção das tarifas bancárias. A campanha está em andamento e a tarifa zero já beneficia 38 mil metalúrgicos, que vão economizar entre R\$ 250,00 a 350,00 reais por ano.

CONFIRA SEUS DIREITOS

Mudanças na Previdência Social

Entrou em vigor no último dia 24 a Medida Provisória nº 242, que altera algumas regras na legislação previdenciária (Lei nº 8.213/91). Ela tem pontos positivos e negativos.

Basicamente, foram modificados três artigos da Lei de Benefícios da Previdência. O artigo 29 teve alterado o critério de cálculo do valor do auxílio-doença, deixando de utilizar a média de 80% dos maiores salários de contribuição, para adotar como base de cálculo os últimos 36 meses de salário de contribuição.

A grande dúvida é se o novo critério poderá trazer ou não prejuízos ao beneficiário. Ainda não dá para afirmar nem que sim e nem que não. Dependerá muito de cada caso, pois a variação dos salários nominais (ou seja, de cada trabalhador individualmente), principalmente dos últimos três anos, seja para mais ou para menos, é que será determinante para o aumento ou a diminuição do valor do auxílio-doença.

O artigo 59 traz a modificação que poderá causar maiores prejuízos. A carência para pedir o auxílio-doença pré-existente e que tenha se agravado, passa de quatro para 12 meses de contribuições. Ou seja, ao conseguir um novo emprego registrado, o trabalhador que já tenha uma doença qualquer reconhecida pelo INSS, somente poderá se afastar novamente, com o recebimento de novo auxílio-doença, após um ano de contribuições. Antes, esse prazo era de quatro meses.

A intenção é inibir alguns casos de fraude comuns nesses casos. Mas, ao aplicar a todos, a nova medida atingiu também aqueles que realmente têm agravada alguma doença após um novo emprego.

Por último, a alteração no artigo 103 foi benéfica, ao interromper os prazos para o INSS anular a concessão de benefícios conseguidos mediante fraude ou má-fé. É uma das formas de combater aqueles que lesam o patrimônio da Previdência Social, prejudicando milhões de brasileiros.

Departamento Jurídico